

DL

Os cargos que o almirante Pinheiro de Azevedo e o general Vasco Gonçalves passam a ocupar na política portuguesa representam uma solução de equilíbrio dinamizador para a liquidação da crise mais longa da nossa Revolução.

Não se trata — é mais que evidente — de um mero «arranjo diplomático», face às controvérsias e às pressões que se têm vindo a declarar no seio do M. F. A.; nem de uma fórmula de circunstância, face às oposições de prestígio pessoal que certos observadores se empenham em valorizar. Também nesta decisão do Presidente da República não se afigura que tenha prevalecido um sentido de urgência que, para tranquilização do País, o dotasse de uma nova distribuição do Poder, provisória e comprometida.

Queremos crer que não: a morosidade das negociações e a frontalidade com que se debateram as forças em presença demonstram que houve um aturado balanço da situação e que só a partir dele se optou com garantia.

Se as nomeações de Pinheiro de Azevedo e de Vasco Gonçalves não resolvem, nem podiam resolver, desde já a unidade em convulsão, o certo é que, por si sós, significam um esclarecimento das linhas de força político-militares. A escolha de duas personalidades tão definidas elimina qualquer tendência para uma via de ambiguidades provisórias e, pelo contrário, leva a crer que se pretende uma clarificação imediata e realista.

Essa clarificação far-se-á, tudo o indica, por uma dinamização das estruturas militares, de forma a torná-las organicamente mais coesas e menos sensíveis ao imediatismo partidário.